

Reunião: Assembleia Geral Ordinária da CIES Estadual-GO

**Data:** 01/02/2018 **Local:** Sala 04 **Horas:** das 08h00min às 17h.

**PAUTAS:** Eleição das Subcoordenações técnica, de comunicação e pedagógica; Definição sobre a proposta da Janislene sobre o curso/oficina sobre elaboração de projeto; Capacitação em atendimento as urgências e emergências para profissionais de saúde em ambiente de simulação realística (projeto em fase de correção ortográfica); Deliberação referente a Portaria Nº 3.194 de 28 de novembro de 2017, que fala do Recurso da Educação Permanente; Discussão referente ao Fluxo de documentos encaminhados para a Escola de Saúde Pública; Apresentação do projeto do curso de Capacitação pedagógica para as cinco macro regiões (projeto em fase de correção ortográfica); Informe da atualização do cronograma de execução do curso de especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde – GSSS; Apresentação do projeto de curso Projeto de curso do Eixo Transversal dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde da SES-GO; Informação referente a alteração do calendário anual da CIES. **pautas extras:** Informe sobre o andamento do curso de ACS; Informe sobre o curso de EPS.

### ATA

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (01/02/2018), às 09h00min, na sala 04 na Escola Estadual de Saúde Pública "Cândido Santiago" – ESAP - Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS, aconteceu a 1ª Assembleia Ordinária da CIES Estado-GO, com a presença dos membros da CIES Estadual, sendo técnicos da SES - Regionais de Saúde e Superintendências da SES, SEST, da SMS, Entidades formadoras e etc. A Coordenadora da CIES **João Batista** inicia a reunião fazendo o acolhimento dos presentes, fala dos desafios de fazer nossa saúde pública cada vez melhor. Fala sobre a solicitação de pautas extras, sendo dois informes do CEP Saúde e sobre o projeto do curso de ACS. Em seguida passa a palavra para a Tânia do CEPsaúde que se apresenta e dá início a sua apresentação. **Tânia Valéria** fala do andamento do curso do ACS, fala da paralização do módulo I porque alguns municípios informaram que alguns alunos não conseguiram efetuar a matrícula por motivos diversos. Fala também da quantidade de aluno, dos docentes, dos supervisores e também fala da data do reinício que será dia 19/02/18. Fala do Itinerário do Saber, do andamento e da fase em que se encontra. Fala que algumas regiões já mandaram de todos os municípios e outros não mandaram nada. Fala das 10 RS que mandaram as listas de profissionais para primeira etapa do curso, fala do número de municípios que até agora só 60, para 246. O total de alunos até agora é 1973 que vai fazer em EaD e 374 presencial. Existe município que deseja as duas modalidades, mas que isso não é problema porque a escola pode oferecer as duas modalidades. Total de aluno para primeira etapa e 2347. O início do curso será avisado nas regionais, mas a previsão é pra última semana de fevereiro. **Anna Carime** pergunta se é apenas pros ACS? **Tânia Valéria** responde que na CIES foi apresentado que era para todos profissionais da Atenção Básica. Tânia fala da primeira e da segunda etapa do curso. Explica também sobre os prazos de início do curso, o em EaD assim que termina as matrículas inicia o curso, o presencial precisa de sessenta dias para envio de material para os municípios. Tânia fala que o curso é para todos os municípios, porque se tem informação que a maioria dos profissionais que estão na atenção básica, não sabe fazer aquele primeiro atendimento ao doente mental e ao usuário

de drogas, que mesmo eles sendo formados, nem sempre são qualificados para fazer esse tipo de atendimento. Os docentes do curso são os mesmos do Caminho do Cuidado. **Cleuza** Salton pergunta quem são os docentes do curso. **Tânia Valéria** responde que serão 63 tutores que são os mesmos do Caminho dos Cuidados e o MS já enviou a lista dos que serão. **Cleuza** fala que no município dela nenhum profissional foi contemplado. **Tânia Valéria** responde que nem todos os municípios foram contemplados porque o MS avaliou o profissional, em como ele foi em relação ao acompanhamento do curso, então eles mandaram a listagem informando quem seria. **Elza** pergunta sobre a data de fazer adesão. **Tânia Valéria** responde que não tem data, desde que se faça o mais cedo possível. Diz que para a primeira etapa já foi dado um data, mas para a segunda etapa ainda não. **Elza** pergunta sobre a quantidade de alunos. **Tânia Valéria** responde que presencial são 40 e EaD são 50. **Anna Carime** pergunta se o conteúdo é diferente ou não. **Tânia Valéria** responde que o conteúdo do EaD tem uma complementação, ele vai além do presencial. **Edy-Lamar** interrompe as perguntas para seguir com a pauta e fala que quem tiver qualquer outra dúvida ir ao CEPsaúde depois da reunião e tirar todas as dúvidas. **Edy-Lamar** se apresenta dando bom dia e explicando do seu atraso por estar em outra reunião que era para terminar às nove horas e acabou atrasando. **Edy-Lamar** fala da pauta extensa e pede para que evitem fazer perguntas repetidas, para que a reunião flua. Fala que tem mais um informe e que no decorrer da reunião ela irá intercalando entre uma pauta e outra. Inicia a próxima pauta que é a eleição das subcoordenações da CIES. Técnica, de comunicação e pedagógica e de comunicação e. Fala do regimento e explica que dentro do regimento a comissão tem um coordenador, um vice coordenador e três subcoordenações que auxilia esses coordenadores, sendo um titular e um suplente de cada. Fala também que data da eleição que pelo regimento a eleição do coordenador e vice é pra acontecer na última reunião do ano e dos subcoordenadores na primeira reunião do ano seguinte. **Soraia** pergunta quem se candidata para as funções, e explica que para a pedagógica tem que ser pedagogo ou licenciatura, que é a única que exige qualificação adequada com a função. **Carla da RS de Rio Verde se candidata a titular da subcoordenação pedagógica e Anna Carime para Suplente; Júlia da RS Sudoeste I se candidata a titular da subcoordenação técnica e Janislene da RS Sudoeste II a suplente; Lafaiete da RS Centro Sul se candidata a Titular da subcoordenação de comunicação e Eugênio que não está presente, mas já havia manifestado interesse, fica com a suplência. Edy-Lamar** inicia a próxima pauta sobre a oficina de elaboração de projetos para coordenador de EPS e outros coordenadores da Regional. Proposta de curso feita pela Janislene da RS Sudoeste II-Jataí na última assembleia. **Edy-Lamar** fala que como surgiram muitos interessados, inclusive de superintendências e etc., é necessário que essa comissão, nós e os subcoordenadores da CIES façamos uma reunião para discutir sobre esse assunto. Ela fala que teve uma reunião no dia anterior com a superintendente Rafaela e ela propõe que seja uma oficina, porque ela acha que é suficiente. **Edy-Lamar** pede que essa comissão possa trazer na reunião uma proposta. Depois de discutirem um dia para se reunirem, fica marcado a reunião para o dia 27/02/2018 às 09h00min. **Edy-Lamar** passa então para a próxima pauta sobre o projeto de Capacitação em atendimento as urgências e emergências para profissionais de saúde em ambiente de simulação realística (projeto em fase de correção ortográfica) apresentado pelo Ademir Mazzucco. **Ademir** inicia a apresentação falando que é enfermeiro, servidor da SES, lotado na SUPRASS. Fala do projeto que é Capacitação em atendimento as urgências e emergências para profissionais de saúde em

ambiente de simulação realística. Projeto bem objetivo com foco específico aos pacientes do SAMU, modalidade nova e tendenciosa, vem cada vez mais chegando agora em salas de aula, para capacitar médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. É para esses profissionais específicos para a Secretaria de Estado da Saúde e das Secretarias Municipais do Estado de Goiás. A provocação é para a Atenção Básica de Saúde, Unidades Básicas de Saúde, Unidades Hospitalares do SUS, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), SAMU E SIATE. Mas existe uma prioridade, primeiro provocar os servidores do SAMU, UPA, Unidades Hospitalares porque a maioria dos municípios goianos tem hospitais municipais e depois as Unidades Básicas de Saúde e de Atenção Básica. Ele fala do início do atendimento do SUS, fala da urgência de cada pessoas e a necessidade de capacitação os profissionais para saber trabalhar a urgência. Menciona a que na descoberta dos dados o que mais se constata é a falta de capacitação dos profissionais. Não é por causa de estrutura, mas por falta de conhecimento dos protocolos de atenção. De saber fazer o mínimo para aquele paciente dentro da sua própria unidade. Fala sobre a simulação realística que é uma tendência há muitos anos. Fala da metodologia sendo teórica e prática, da quantidade de alunos, da qualidade em fornecer o curso para todo Estado e etc. Fala sobre levar para os profissionais como funciona a regulação em seus municípios. Fala também dos conhecimentos e do material durante o curso, para que os profissionais possam passar todo o conhecimento adquirido em seus municípios. Diz que o objetivo do curso não será apenas para 2018, mas para acontecer todos os anos. Fala da parceria com os Hospital Oswaldo Cruz de São Paulo que vai fornecer os manequins. Apresenta a Planilha financeira, dos gastos com diárias, alimentação pagamentos com instrutores. Fala da quantidade de instrutores, fala da estrutura do evento que será transportada para o local (município polo). Explica que com essa qualificação, vai diminuir as vindas de viaturas de ambulância para Goiânia e o Estado ganha com tudo isso. Ademir abre para perguntas. **Janislene** fala que esse curso está contemplado no PAREPS e dá os parabéns a ele pela iniciativa. **Edy-Lamar** passa a palavra para Fabiana. **Fabiana** fala que acredita ser o momento mais propício para levar essa qualificação para os municípios. Fala que esse é um desejo do Mazzucco desde que ele entrou na assistência e agora no nível central ele pôde realizar esse desejo. Ainda não havia sido contemplado, porque eles não sabiam a melhor forma de levar isso aos municípios. Mas agora foi encontrado a fórmula ideal e bem atual. Eles foram muito bem treinados e estão preparados para na primeira oficina detectar algum problema e corrigir a tempo de outras. Fala da oferta que tiveram de simulação realística de dois centros de ensino a FAM de Mineiros e a Uni Evangélica de Anápolis, são dois centros de ensino preocupados em qualificar nossos profissionais. Fabiana fala das salas de simulação realística, com funciona e etc. **Daniela** da SUPRASS fala que em 2016/2017 o Hospital Albert Einstein forneceu para a rede de urgências e emergências, cursos de simulação realística adulto e pediátrica. E ao longo desses anos foram treinados desde 2015 e as vagas chegavam e só poderiam fazer esse curso que tivesse feito a simulação adulto e pediátrica e foram escolhidos 10 para ir a São Paulo fazer o curso para ser multiplicador. Diz que tentaram colocar mais profissionais nessa lista, mas o MS disse que seriam apenas esses 10 mesmo. Disseram que este ano iriam abrir para mais profissionais. Diz que o curso que eles apresentaram na CIES, é um curso com profissionais qualificados, do SAMU, que trabalham na linha de frente, e que tem certeza que vai ser um

ganho muito grande para toda região, porque o primeiro atendimento é primordial para vida do paciente. Fala das cidades com pouca estrutura de transporte e diz que esse curso vai ser um ganho muito grande pra todo Estado. Fala do aprimoramento depois de cada oficina. E o nosso sonho é ter essa simulação realística nossa (os bonecos), do próprio Estado. Isso já foi discutido com nosso superintendente, o Baré, o Dr. Deusdedith também gostou da ideia e o secretário já sinalizou favoravelmente, **Soraya** de Formosa faz algumas perguntas relacionadas e diz que realmente esse curso deveria ser todos os anos. Pergunta se os cursos que os médicos fazem tem alguma coisa relacionada a esse. **Ademir** responde que todos os protocolos que ela citou, são os mesmos protocolos do colegiado americano de uso. **Daniela** responde que os protocolos de urgências e emergências são atualizados a cada dois anos. Quem trabalha na rede de urgências e emergências tem que ficar sempre se atualizando, porque muda. Mas esses protocolos tem do médico, da enfermagem e dos técnicos. Tem o básico e o avançado. **Edy-Lamar** fala que quando recebeu o projeto do Mazzucco, ela ficou muito motivada, porque essa questão da urgências e emergências está em todos os PAREPS, está contemplando a EPS, metodologia ativa. Ela fala que enquanto coordenação da CIES, não tem nenhuma recomendação a fazer, mas se algum membros tem alguma recomendação para que a gente faça, antes que vá para o GT de EPS, a hora é agora. Edy-Lamar fala que quando vem para a Comissão de Integração Ensino e Serviço, nós temos que integrar o curso com o serviço. O que é bom para a Instituição, o que é bom e prazeroso para o servidor fazer, e que o usuário seja aquele contemplado e ganhar com o treinamento dos profissionais. Contempla todas as regiões, contempla toda rede de urgências e emergências, está totalmente dentro da metodologia ativa, não tenho nenhuma crítica. **Anna Carime** diz que ficou preocupada porque no projeto seria para atender todas as regiões, mas o número de vagas é pequeno, mas que segundo a projeto é para repetir. **Mazzucco** explica sobre o mapeamento feito e diz que foi dividido conforme aquelas prioridades que foi passado na reunião. **Daniela** explica que os profissionais que fizerem o curso, vão estar aptos para montar um grupo e multiplicar na sua região. O Superintendente da SUPRASS, Cleudes Baré chega na reunião e Edy-Lamar passa a palavra para ele. O superintendente **Cleudes Baré** se apresenta, fala das gerências ligada a sua superintendência. Fala da dedicação do Ademir me lutar pelo projeto, enaltece a sua equipe. Fala da parceria com a SEST. Fala da necessidade de capacitação dos profissionais, principalmente na urgência e Emergência. Fala do tempo em que não se fazia essa capacitação. Fala das parcerias que foram possíveis para esse projeto, fala do recurso. Fala também das parcerias que a SES tem buscado com a FAM de Mineiros e com a Uni Evangélica de Anápolis com seus laboratórios de simulação realística. Fala que todas as superintendências estão pensando em deixar uma saúde para os próximos 20 anos, e dentre isso, a estruturações das regiões para fortalecer esse plano de saúde. Fala do seu entusiasmo quando olha para o passado e vislumbra o futuro, com os avanços que temos tido em todas as áreas. Fala que enquanto estamos falando na reunião da CIES sobre capacitação, no auditório está acontecendo outro evento de capacitação com o MS que trata da Atenção Primária. Então vemos que estamos avançando para um SUS melhor. Diz também que ele enquanto servidor do Estado e servidor da população goianiense, está trabalhando para daqui a alguns anos, possamos colher esse legado da sua dedicação e empenho. Fala que os técnicos da SEST, da SES e da sua

superintendência estão trabalhando para que esse marco inicial e que tenha sequência para os próximos anos. E que possamos cada vez mais capacitar pessoas para a assistência dentro das suas cidades, dentro das suas regiões diminuindo assim a demanda existente atualmente. Esse é o caminho, e nós estamos caminhando por ele. Diz que ele é um homem de fé e acredita que quando Deus chama ele capacita. Creio que Goiás já está à frente de muitos Estados e creio que futuramente estaremos na vanguarda em todos os níveis da saúde. Agradece a atenção de todos e se coloca a disposição. Fala onde está situada a sua superintendência, no prédio do IPASGO bloco I e II no 4º andar. Fala que a nossa missão é servir. Agradece a atenção e pede desculpas por ter que sair para outro evento. **Ademir Mazzucco** volta a falar sobre o cronograma de início do curso e termina sua apresentação e agradece a atenção de todos. **Edy-Lamar** pede que se o pessoas da SUPRASS fique, se possível, para a discussão das próximas pautas. **João** pede para parar um pouco a reunião para que tirássemos a foto oficial da reunião. **Edy-Lamar** passa a palavra para a **Fabiana** para que ela fale sobre a Portaria Nº 3.194 de 28 de novembro de 2017, que fala do Recurso da Educação Permanente, que fala da verba que estará a disposição dos municípios que fizerem adesão. Fala do artigo da Dra. Rafaela que saiu no Jornal, falando sobre a integralidade a assistência. E fala também do compromisso que a SEST propôs de escrever oito artigos no ano de 2018 cada gerência escrever dois e a superintendente também dois, mostrando para a população o que é educação permanente na saúde. Fala da ESAP ser demandada, mas que sente falta de projetos nascidos da própria escola. E como a Tânia e a Soraia falam, cursos que estejam no cardápio da escola todos os anos. Fala também da intenção de várias pautas para a CIES este ano de 2018. Pede para que os coordenadores de EPS tentem fortalecer a CIES e participassem mais das reuniões, porque é aqui que se discute e se alinha as necessidades reais dos municípios e que contemple todos os municípios, mas que como ela já disse algumas vezes aqui nas reuniões, porém alguns projetos não vão poder atender a todos, porque não é naquele momento a necessidade daquela região. Da exemplo do curso que foi apresentado anteriormente pela SUPRASS, se existe um município pequeno com uma única unidade Básica de Saúde, mas é lá que faz as urgências, temos que capacitar e qualificar aquela unidade. Talvez ela não consiga fazer o curso agora, mas faz no próximo. Fala da portaria, de quando foi publicada e como causou um alvoroço. Ela foi mal desenhada, mal escrita, porque ela trás pouquíssimas informações, mas mesmo assim, todo mundo foi corajoso e aderiram, tivemos um número recorde de adesões, mais de duzentos municípios, e nessa portaria tinha adesão também do Estado. Muitos municípios acharam onze mil pouco demais, mas isso é sinal que o governo federal está querendo investir lá no município. Mas eles ainda vão publicar quais as ações que podem ser desenvolvidas com essa verba. Até o momento nada direciona em como gastar, mas vamos precisar prestar conta. A contrapartida do Estado é entregar pronto o Plano Estadual de EPS e o valor para o Estado é de duzentos mil para a construção do Plano. Nós não sabemos se essa verba do município vai poder ser empregada em computadores, Notebook, material de divulgação, refeição e etc. Mas independente desse dinheiro, vocês tem que planejar em ações. **Fabiana** fala da falta de retorno das ações, em que elas favoreceu a comunidade. Ela pergunta se alguém sabe se a verba do MS já entrou na conta dos municípios. Diz que ela acredita que a verba vai entrar concomitante com as orientações de como aplica-lo **Adriana** fala sobre a questão de muito se fazer em EPS e ações educativas nos municípios, mas não se

registra. Fala da ação que ela implantou em 2009 no seu município, mas que hoje ela nem sabe como está o andamento disso. **Sandra** do município de Anápolis (SAMU) fala que recebeu convite para estar na CIES, mas até então ela estava fora. Fala que a base de Anápolis desde 2016 faz treinamento de simulação realística nos municípios e que inclusive é representativo no MS, mas que no Estado ela não tinha conhecimento disso tudo. A gente mostrou não em nível de Estado, mas a nível federal. Fala do convite que receberam da Uni Evangélica para usar a sala de simulação realística. **Fabiana** dá os parabéns para Sandra pela iniciativa. Volta a falar dos recursos do MS, ela fala que tem que esperar a definição do MS sobre como gastar essa verba. Ela disse que sabe que onze mil é pouco demais, mas que se os municípios provarem para o MS que com esse pouco conseguiram produzir e trazer resultado positivo; vem mais dinheiro. Porque esse dinheiro, segundo Dr. Rogério Abdala, é uma sobra de recurso do ano passado e dividiram a verba de forma sistemática para todo país. Fabiana fala que aproveitando o assunto da portaria existe outra portaria a 83 do PROFAGS que oferece capacitação para cursos técnicos de enfermagem para os agente comunitários de saúde, é uma portaria dizendo que vai ter o credenciamento, por isso não faremos nada ainda. Não é o credenciamento ainda e para fazer esse credenciamento, eles vão fazer exigências. A ESAP está à disposição, nos temos expertise no curso, temos laboratório, temos equipe técnica. A adesão é tripla, pode aderir instituições federais, Estaduais e municipais. Fala que no município que tem uma escola de enfermagem, que oferece um curso técnico e faz a adesão. Ela vai matricular o aluno, mas esse aluno só vai poder ser matriculado, se ele tiver um termo de consentimento do gestor dele. Eles amarraram, o ACS vai poder estudar fora do horário dele, mas ele precisa ter o aceite do gestor dele. **Adriana** pergunta sobre a Instituição que fizer a adesão. **Fabiana** responde que o MS vai fazer o fomento para a instituição que credenciar. Mas nós ainda não sabemos quanto o MS vai repassar. A ESAP só vai se pronunciar no momento que receber o esclarecimento dessa portaria, porque não podemos nos pronunciar se aceita ou não antes de saber a verba repassada. Então se alguém perguntar, a escola só vai se pronunciar depois que souber o valor repassado, porque só assim poderemos nos programar. **Tânia Laila** pergunta se é obrigatório todo ACS fazer. **Fabiana** responde que não, é uma oferta coletiva para o ACS se aperfeiçoar. É opcional. Mas, se ele quer trocar de categoria e não ficar sempre como ACS, ele precisa estudar. **Cleuza** fala que na própria Portaria dá essa opção para ele, de trocar de categoria. **Fabiana** fala que se ela é contratada como ACS, e executo ações mínimas não invasivas de técnico de enfermagem, não há o menor problema nisso. O problema é que deixa de ético e passa a ser administrativo. O que pode acontecer, é o ACS mover uma ação contra o município dele, porque ele tá fazendo coisas que não é de competência dele. Mesma coisa o técnico de enfermagem com o enfermeiro. **Maria Ferreira** pergunta sobre o assessoramento aos municípios com referencia ao Plano e se vai existir um padrão para isso. **Fabiana** Fala sobre os planos estaduais e municipais, fala que pra que nós possamos fazer nosso plano estadual, precisa dos planos municipais. Fala sobre as 19 oficinas que serão feitas nas regiões de saúde. E nessas oficinas serão apresentados o que tem que constar nos planos municipais e nos estaduais. Acha que na portaria ocorreu um erro em deixar claro que eles teriam que entregar um plano. Eles falaram que vão rever a cartilha e ai eu acredito que eles corrijam dizendo que apresentem as ações e não o plano municipal. Porque ela acredita que quem digitou pode ter relacionado uma coisa

com a outra e acabou colocando plano, mas que ela acredita que o MS não vai querer dentro dos arquivos deles, 5556 planos municipais, (Fabiana errou o numero, são 5570 municípios) **Sylvéria** pergunta para Fabiana se quando ela diz plano, ela quer dizer plano em EP. Fala da ferramenta que fizeram agora na SUVISA que serve como mapa da saúde, e que está disponível para que todos possam utilizar. Fabiana fala que para as oficinas ela diz que não irá sozinha, porque oficinas são momentos de discussão de gestão de saúde. Pergunta se falou dezoito oficinas, e explica que a décima nona será na ESAP, para consolidar o documento. **Edy-Lamar** fala do PAREPS, fala que ele tem que ser um documento norteador. Fala também que a GERNACE disse que todos os coordenadores das RS terão que fazer um Plano de ação anual cada um da sua pasta. Diz que na regional SUL todo ano faz esse plano, mas fica na gaveta, porque as Superintendências vêm com outras demandas, que é diferente daquilo que você planejou e temos tudo o que as superintendências demandam e as nossas acaba que fica engavetado. E para esse plano de ação saiu a recomendação que cada um vai se reportar a sua superintendência e fazer coletivamente. Procurar saber o que está acontecendo, o que eles já têm pronto e passem para que possamos fazer o nosso. Fala que no dia anterior ela trouxe a sua preocupação para a Dra. Rafaela e para a Fabiana a sua preocupação que ela também acha ser de todos os coordenadores de EPS. Esse plano tem que ser feito e entregue na GERNACE até o final do mês. **Fabiana** fala para os coordenadores que eles não devem fazer nada a revelia da GERNACE, e conseqüentemente nem da nossa. Nossa obrigação enquanto superintendência é apoiar, direcionar, às vezes financiar as ações que vocês precisam promover. Fala que vai tentar passar por e-mail para os coordenadores de EPS, as ações prevista da SEST para esse ano. E talvez vocês vão achar meio vago, porque as nossas ações para esse ano é o fortalecimento. Pergunta se alguém mais tem alguma pergunta. Ninguém se manifesta. **Edy-Lamar** passa a apresentar a próxima pauta. **Adriana** fala da eleição na penúltima reunião da CIES em 2017, da coordenadora pedagógica do curso de qualificação dos membros da CIES que foi o Kleber, mas devido às demandas da sua regional ele não aceitou e passou para ela a coordenação. Fala que está trabalhando no conteúdo desse projeto e que um desses conteúdos do curso de qualificação é justamente trabalhar em cima da elaboração desse PAREPS, porque? Para elaborar o PAREPS nós temos que ter um diagnóstico situacional da região de saúde. Fala que o projeto está praticamente pronto. Fala que para quem vai participar desse curso, ela precisa que os coordenadores preencham um quadro de nomes já especificados, para que a gente possa ter maior segurança e maior certeza de quantitativo de pessoas. **Fabiana** explica que não vai haver edital para esse curso. **Edy-Lamar** fala que então precisa ser preenchido esses dados. Alguém pergunta novamente sobre os planos. **Fabiana** responde que quando ela assumiu a gerência ela provocou a Ex. Superintendente Dra. Irani em relação as visitas nas RS. Ela disse que ela, Fabiana teria que fazer essas viagens, como não tinha agenda por ter que representar o secretário e o governador em alguns eventos acabava que não sobrava tempo para viagens. Então ela se programou para fazer visitas nas dezoito RS, seriam visitas técnicas mesmo. Só que a Dra. Rafaela assumiu e pediu para eu fazer uma agenda. E como esse recurso apareceu assim de repente, decidimos que elencar esse recurso às visitas e assim fazer essas oficinas em dois dias. E como esse dinheiro ainda não chegou, ela fez uma proposta para Dra. de marcar mesmo sem o recurso. **Marta** pergunta se enquanto superintendências elas vão participar

também dessa oficina. **Fabiana** responde que o calendário será construído coletivamente, mas precisamos respeitar a agenda da RS. Mas que pretendemos fazer essas oficinas de março, até no máximo setembro, porque aí vamos ter outubro e novembro para consolidar o plano. Nós teremos Pré, durante e pós oficina. A Pré oficina seria a provocação aos gestores municipais, dizer a eles que em tal data nós teremos um tempo para discutir tais e tais assuntos, busquem nas CIRs para saber as necessidades da região de vocês, porque o ideal é que nas oficinas vocês já cheguem com ideias. Lembrando que o Pano é de Educação Permanente, não é o PES, Plano Estadual de Saúde, porque o PES é responsabilidade do Estado. Durante a oficina essas necessidades vão ser discutidas. E ao final será gerado um documento consolidando essas ideias, isso vai ser o pós oficina. Fabiana fala que supondo que em março quando será a oficina da RS Estrada de Ferro, surja uma demanda de muita necessidade, Nós não podemos esperar a construção do Plano. **Edy-Lamar** fala sobre o PAREPS, que eles devem pegar esse documentos na regional e que debrucem sobre eles, estudem, vejam quais as alterações, o que vai ser preciso acrescentar, o que foi realizado, se já não é mais a necessidade da região. Esse documento está na regional de vocês, se caso vocês não tiverem, é só pedir aqui na CIES que a Soraia envia pra vocês. **Edy-Lamar** apresenta a próxima pauta que é o Fluxo de documentos encaminhados para a Escola de Saúde Pública. Fala da dificuldade de entrega dos documentos e da falta de tolerância da secretaria escolar em relação a isso. Fala da realidade das RS em comparação com o nível central. Fala do problema da entrega do histórico escolar, nem sempre dá para entregar em tempo hábil, porém o candidato já fez o primeiro módulo, já fez o segundo módulo, é funcionário do município tal, tem o termo do município dizendo que eu posso fazer o curso, enfim, tá faltando apenas um documento, Edy-Lamar diz não ver porque esse aluno não poder ser homologada a inscrição, fala que sabe e entende as normas da escola, mas pede mais tolerância, porque afinal muitos ficam de fora por não conseguir arrumar todos os documentos em tempo hábil. Porque não entendo, se concluí o módulo dois na escola, não vejo o porque de não ter essa tolerância. Porque nossa realidade nas RS não é fácil, temos que juntar essa documentação e tentar encaixar a entrega desses documentos na escola com as viagens dos carros para Goiânia, e nem sempre dá. E o que acontece é que hoje tem carro para vir pra Goiânia e falta dois documentos de algum candidato, e é claro que lemos o edital e sabemos que sabemos das datas e das normas, mas deixa eu mandar esses documentos que tenho em mãos para ganhar tempo? Prontifiquei-me a depois mandar por e-mail escaneados, não aceitaram na secretaria e dois dos possíveis candidatos ficaram de fora. Aí os documentos chegaram, pedimos para mandar os documentos escaneados por e-mail e alguém da escola abrir o envelope e colocar os documentos, a resposta foi não posso. Aí eu liguei para outra servidora a escola e pedi pelo amor de Deus pra me fazer o favor de colocar dentro do envelope os documentos escaneados, pois bem ela foi, pediu o envelope, colocou os documentos dentro e acabou que no outro dia que ia vencer o prazo da homologação, esses dois não foram homologados. Então a escola abriu um edital só para esses que não foram homologados e só ontem que consegui a homologação dos candidatos. Edy-Lamar diz que sabe de todo o trâmite da escola, mas gostaria de pedir bom senso. Sabemos a dificuldade de juntar toda essa documentação em tempo hábil. Sabe que faz parte da organização, mas que trouxe esse problema para a CIES, pra que a gente ache um meio termo, porque de maneira nenhuma quero atrapalhar a organização da escola, mas nossa realidade é outra. **Silvana** fala que a servidora que ajudou foi ela, e que ela ia falar sobre

esse problema com a gerente, mas que como pode fazer isso de forma correta, eu abri o envelope na presença da secretária, ela disse: "eu não posso abrir, mas você pode". Ai eu abri, coloquei, grampeei, fechei o envelope, pedi para ela assinar que havia recebido, assinou o livro dizendo que recebeu. O que não acho justo e que fiquei sabendo hoje, é que não homologou a inscrição dessas duas pessoas. **Fabiana** responde dizendo que não pode responder pontualmente, mas que ia responde genericamente. A questão de não poder abrir, é que existe uma condição, de quem recebe a documentação, não pode abrir o envelope. E é a comissão que vai avaliar o curso é que diz se homologa ou não. Eu quero ouvir todos, para saber como está a situação, porque preciso saber para munir de estratégias para solucionar o problema. **Cleuza** pergunta por que se um curso tem três módulos, porque o profissional tem que enviar documentos para os três. **Maria Ferreira** fala, do que acontece em sua RS em relação à documentação, mas não ficou nítida sua fala, muito baixo. Janislene fala da autenticação dos documentos. Fala que para dar o confere com original, tem que mandar o original e depois devolver, e tem gente que mora muito longe e discute com a gente. Silvana fala que há algum tempo atrás já foi conversado com a GERNACE sobre mandar essa documentação via e-mail, PDF, até celular hoje escaneia documento. Nós precisamos pensar numa alternativa mais fácil. **Edy-Lamar** pede apenas mais tolerância. Porque eu Edy-Lamar, servidora pública, não posso receber esse documentos e ser minha responsabilidade entregar na escola. Eu li, eu sei das regras, mas eu preciso aproveitar oportunidades para vir em Goiânia. Eu só queria que analisassem os casos. E perguntassem: "que dia você pode estar aqui?", e se não pode fazer isso, ai fica difícil. **Fabiana** começa a explicar a questão toda pelo FORMSUS, que sem ele não tem inscrição. A maioria das reclamações é que o indivíduo perdeu o prazo. Não podemos reabrir FORMSUS a revelia de um edital que já está publicado. Para reabrir o FORMSUS, temos que reabrir as inscrições. Quanto ao que Edy-Lamar pediu para ter exceções, não dá, porque exceção acaba virando regra. Antes a escola ficava abrindo editais, mas não é correto porque edital é um instrumento jurídico. Ele serve para que o aluno tenha suporte jurídico. Quantos alunos não ganha causa fazendo recurso em editais. Vocês já viram grande escolas ficar fazendo retificação em editais? A UFG fez esse ano três retificação em Editais para mestrado, porque é um documentos que muita gente lê para construir, e no final vê que ficou faltando uma coisa que pode criar algum problema, mas sempre coisas muito pontuais. Mas vocês nunca viram em curso gratuito estender prazo para entrega de documentos. Diz entender que são situações pontuais, eu entendo que a pessoa que está à frente da secretaria é uma pessoa muito difícil, e quando eu cheguei na escola não foi difícil entender que todos os caminhos levavam a secretaria. Ninguém gosta do difícil, e instrumentalizar a secretaria, informatizar e trabalhar em cima de editais, trabalhar em cima de arquivo de documentos digitalizados, organização de certificados. Ai ela pede desculpas por não ter assinado alguns certificados, porque ora estava eu de férias, ora a Dra. Rafaela, mas essa semana possivelmente será colocado em dia todos os certificados. Enfim, para essa organização é preciso impor algumas regras. É verdade que existem algumas exceções como no caso do ACS, tivemos que ampliar prazos etc. O que podemos fazer é dizer para o pessoal da secretaria, não digam não, antes de falar comigo. Não quero centralizar tudo em mim, mas a coordenadora de lá já deixou claro que não vai fazer nada que não esteja nos editais. Porque se arrumo a casa e eu mesma não respeito, não tá certo. As exceções serão discutidas comigo e se eu não estiver aqui, serão discutidas com a Dra. Rafaela. A Walquíria até tem tentado facilitar, criou arquivo digital, estamos de uns três meses pra

cá aceitar documentos via e-mail e sabemos que precisamos de instrumento de gestão e o instrumento de gestão de secretaria é um software de gestão. Diz que aproveitou uma reunião com a Rafaela e o Superintendente de finanças e disse pra ele que estamos perdendo dinheiro, explicamos para ele a questão da necessidade do software e aí ele se comprometeu a ver a possibilidade. Porque vamos ter como puxar a vida de cada aluno que já passou pela escola, se abandonou ele entra na resolução da ICB que proíbe fazer outro e aí não vai poder fazer mais por um tempo, igual na escola de governo. Nós vamos instrumentalizar. Mas sabemos que trabalhar com pessoas rudes, grosseira em responder, é difícil, gerir pessoas é difícil demais e ou eu troco a coordenação da secretaria ou eu mudo a coordenação da secretaria, de qualquer forma ela vai sair. Uma vez que chegou esse software e gerou esse banco de dados, pronto, acabou o problema com documentação. Vai ser trabalhoso porque vamos começar do zero, mas vai ser apenas no primeiro curso. Fala da questão de seleção, em tentar abrir o leque. Nós sabemos que tem pessoas que não trabalham, vivem de fazer curso. Se tivéssemos uma ferramenta de busca de certificado, teria gente que nem sei quantos tem. E fala também para os coordenadores parar de obrigar servidor a fazer curso. Por isso eu gostaria que a Escola tivesse dezoito tentáculos e esses tentáculos alcançassem os 246 municípios, precisaram provocar o servidor a querer estudar. **Edy-Lamar** fala que quem indica o servidor, não é a regional, é o gestor do município e se ele indica alguém que não quer, não podemos fazer nada. **Fabiana** fala que a lei obriga o gestor a proporcionar a capacitação, e a obrigação do servidor é buscar conhecimento. **Edy-Lamar** diz que depois que os municípios se tornaram plenos, a RS não tem domínio sobre decisão nenhuma de município. O Estado é apoiador, orientador, coordena parceiro, faz a intermediação, mas não tem poder de decisão. Não adianta a gente falar que o profissional dele faz curso todo mês, e vai indicar ele de novo? Se ele quiser mandar ele de novo, ele manda. **Fabiana** volta a falar das documentações e fala que se tiver faltando documento a obrigação segundo o edital é vetar esse aluno. O que não pode acontecer é abrir um curso de 40 horas pro aluno entregar os documentos no final do curso. Lembrando que no ato da inscrição não é obrigada entregar documento autenticado, eu não posso obrigar o aluno a entregar documento autenticado quando ele está pleiteando uma vaga. Por outro lado, se for selecionado, vou ter que voltar aqui para entregar o autenticado. Então para evitar vir e voltar depois, a gente já pede o documento autenticado, não precisa ser em cartório, apenas confere com o original. **Edy-Lamar** fala novamente das exceções, dos transtornos que causam, as despesas que acarretam. Da como exemplo o dentista que vem pra fazer o curso, ele não traz o original, ele foi contratado pelo município como dentista, é questão de bom senso. **Fabiana** fala que receber da regional um documento "confere com original" é uma coisa, por outro lado, uma visita do CEE e eles acharem documento sem autenticação podemos perder o direito de certificar. **Edy-Lamar** encerra a primeira parte da reunião às 12:10 e fica acertado do retorno às 13:10. **Edy-Lamar** fala das visitas às CIES para falar das capacitações, do curso do núcleo de vigilância em saúde que foi solicitado pelo município de Joviânia, fala dos gastos que foram passados pelo conselho de Joviânia, porque a verba era municipal, fala da solicitação para ter conhecimento maior sobre o NASF, CAPS, Estratégia e Saúde da Família, Assistência farmacêutica e etc., fala que trabalhando com a Planificação, deduzimos que não é apenas um município que tem deficiência, mas todos da regional tem a mesma deficiência e então decidiram montar as duas turmas de 40 para uma oficina de um dia apenas. Fala das pactuações na CIR, dos recursos que ainda não está disponível, do início do curso na segunda quinzena de março para que possa usar o

recurso do Tesouro Estadual. Fala sobre a CIES, diz que está levando informação sobre a CIES em todos os conselhos, que inclusive já está surgindo demandas de curso dos conselhos e também na Câmara dos Vereadores. Fala que tem dois vereadores indicados para CIES Sul. **Adriana** fala que geralmente as Câmaras de vereadores têm suas câmaras técnicas de áreas específicas, promoção social, educação e etc. **Edy-Lamar** passa a palavra para Madalena do CEPs para apresentar o curso Capacitação pedagógica para as cinco macro regiões. **Madalena** se apresenta como coordenadora de EP na ESAP, Madalena fala que o curso já esteve no cronograma de escola o ano passado, que foi pactuado na CIES, mas que o atual é em novo formato, descentralizado. Diz que apesar das mudanças, a proposta do curso não muda em nada. Fala dos facilitadores e docentes, da justificativa do projeto que é alinhar a forma de todos os facilitadores a metodologia da escola, visando à melhoria nas ações educacionais. Fala também dos objetivos gerais que é capacitar os profissionais de nível superior, para atuarem como facilitadores nos cursos promovidos ou oferecidos pela ESAP. O objetivo específico é conhecer as principais teorias pedagógicas. A meta do curso é capacitar 175 profissionais de nível superior que exercerão a função de facilitadores nos cursos. Serão divididos em cinco turmas, descentralizados nas macros regiões de saúde, preferencialmente na cidade polo sede da macro região, ou se outra cidade oferecer mais inscritos. Será um curso de 40 horas presencial, de segunda a sexta, oito horas por dia e cinco turmas de trinta e cinco alunos cada. Explica a planilha financeira. **Anna Carime** pergunta sobre o público alvo, **Madalena** responde que são os profissionais de saúde do nível estadual, municipal. **Edy-Lamar** pergunta se às quarenta horas é a semana toda, **Madalena** diz que sim. **Carla** pergunta sobre os critérios de escolhas dos profissionais. **Fabiana** pergunta para Madalena se ela pode explicar a pergunta da Carla, **Madalena** diz que sim. **Fabiana** explica os critérios que serão definidos no edital, mas principalmente o perfil de docência. Explica que esses profissionais vão ter que dar a devolutiva desse conhecimento em oficinas loco regionais. O importante é que quando tiver outro curso na região, esse profissional vai se seguro e se sentir capacitado para se candidatar a seleção, inclusive ele não precisa ser servidor do estado, ele pode ser do município e dar aula em seu município. E que tira um pouco a cultura de que apenas os profissionais do estado são habilitados porque é mais fácil. **Anna Carime** pergunta se esse é o mesmo curso ou se ele foi revisto. **Madalena** diz que o curso é o mesmo e a metodologia é a mesma. **Carla** fala da importância da descentralização das ofertas. Fala que apesar de não ter lido o projeto por estar voltando de férias, gostaria de fazer algumas ressalvas referente ao projeto. Fala que o SUS de Goiás tem uma tarefa que todos nós precisamos entrar nela com a responsabilidade que ela precisa, que são os planos municipais de EPS. E que embora o projeto seja capacitar e qualificar profissionais de nível superior para executar as ofertas da SEST-SUS, precisamos abrir esse leque. Nós não podemos pensar na lógica do fortalecimento da EPS, apenas focado nas ofertas que a escola (SEST-SUS) tem para oferecer para os municípios. E que pensando nessa lógica, nessa distribuição de vagas, são turmas Macro regionais, mas pergunta qual vai ser a lógica de mapeamento dos municípios. Dá como exemplo o município de Jataí, ele indica tal pessoa para fazer uma capacitação pedagógica e na oferta que envolve o plano municipal de EPS, vai ser outra pessoa que vai cuidar disso. Porque senão a gente corre o risco de não ter um plano na altura do que a gente precisa. **Fabiana** responde dizendo que na reunião na parte da manhã e

que a Carla não estava, que precisamos acabar com a ideia de obrigar profissional a fazer curso. Obrigar profissional a fazer capacitação, sem perfil. E que ela percebe em alguns profissionais que dão aulas, é que não tem perfil. Oportunizar seria provocativo. É um edital aberto, para tentar pegar essas pérolas que estão no município, e que é um curso já aprovado, apenas estamos fazendo reedição, e toda vez que a gente reedita, existe uma comparação com aquilo que não deu certo na outra edição e tenta melhorar. A essência do curso não mudou. **Carla** fala que Fabiana não entendeu o que ela disse. Que ela não está desmerecendo o curso, muito pelo contrário, ela acha que 175 vagas não atende a vontade do gestor de discutir EPS. Que com certeza o gestor já identificou alguém, e minimamente deveria ser uma vaga para cada município, porque numa região tem 25 municípios e será distribuído apenas 10 vagas, como será feito isso? **Fabiana** diz que não vai dar para disponibilizar uma vaga para cada município que fez adesão a portaria, mas tem município com limites muito próximos e que podemos conseguir que aquele profissional que fez, colabore com o município vizinho. **Carla** diz que isso não existe. O profissional terá que se deslocar de um município para o outro e ele tem outras atribuições, ele não vai, isso não acontece. Se a gente quer qualificar a EPS a gente precisa ofertar no mínimo uma vaga para cada município que fez adesão a portaria. **Edy-Lamar** fala da recomendação: Apresentar o quadro de vagas e que seja ofertado pelo menos uma vaga para cada município que aderiu a portaria 3.194/28-11-17, hospedagem e alimentação para aqueles com distância maior que 110km. **Adriana** pergunta por que um profissional federal não pode ser tutor em um curso? Que ela tem uma profissional doutora que não conseguiu fazer inscrição para dar aula. **Fabiana** fala que existe uma portaria que diz que, o profissional de nível federal, Estadual e municipal curse as atividades oferecidas, porém, profissional que vá ministrar aula, ou ser conteudista, ele precisa ter determinado acesso para ter o pagamento dele. Fabiana diz que preferia ter um profissional lá no município, do que deslocar um de Goiânia. Mas que não tem muitos profissionais qualificados para ministrar esse curso. E que precisamos mandar os melhores, para que eles produzam melhores em cada região. **Cleuza Salton** fala que o próprio gestor municipal tá com dificuldade de repassar esse pagamento para os servidores, porque o Tribunal de Contas não aceita esse repasse. **Tânia Laila** pergunta sobre os Pré-requisitos. **Fabiana** fala que acredita que vai continuar sendo Pré requisito o curso. Porque o pessoal lá fora não está acostumado a dar aulas que não seja expositivas. Nós corremos o risco de esse profissional passar no processo seletivo porque ele tem um currículo brilhante, mas ele chega aqui e não consegue atender as expectativas de quem trabalha no SUS tem. Porque a maioria vem de uma academia expositiva e não participativa. **Sandra** pergunta onde vai estar disponibilizado o edital, porque é a primeira vez que participa de reunião. **Fabiana** responde que no site da escola, mas que ela se comprometeu com a comunicação da SES, de enviar notícias sempre que for possível para que todos que tenham um smartfone possa acessar as notícias da escola nas mídias sócias da SES. **Edy-Lamar** dá sugestão para os Coordenadores de Educação Permanente, que eles todos os dias acessem o site da escola para estarem atentos as notícias. **Anna Carime** fala da descentralização e dá uma sugestão de juntar a educação permanente e a capacitação pedagógica ao mesmo tempo. **Fabiana** fala do término do curso e da motivação que os alunos terão para organizar no município dele essa oficina de capacitação, essa demanda vai ser como

se fosse a tarefa devolutiva do curso. **Anna Carime** insiste em na ampliação da discussão em EPS. Trabalhar mais a EPS para que eles sejam preparados. Juntar as duas demandas é muito produtivo. Muita gente nem ouviu falar em educação Permanente e essa é uma oportunidade. **Fabiana** fala que a proposta dessa capacitação para EPS, vai ser fruto dessa capacitação pedagógica. O aluno vai terminar o curso e vai ser motivado a organizar no município dele, essa oficina de capacitação. **Ana Carime** fala que a ideia é ampliar dentro do curso de capacitação pedagógica a discussão sobre EPS mais a fundo, porque antes era apenas uma oficina pedagógica. Que de repente, avaliar mais a questão da EP para que eles sejam preparados e possam discutir sobre isso em seus municípios. Não apenas falar sobre EP, mas descobrir o que é na prática. **Edy-Lamar** pede a palavra e apresenta a Dra. Rafaela que havia acabado de chegar na reunião. Dra. Rafaela pede desculpas por não ter podido estar na reunião no período matutino e se justifica falando sobre o evento que está acontecendo do MS que veio trazer o projeto de dimensionamento da força de trabalho. Fala da demanda e fala que vai estar participando o restante da reunião. **Edy-Lamar** retoma a palavra e fala das recomendações a serem feitas, sobre o quadro de vagas e também em relação às quarenta horas semanais. Ela se diz preocupada por que o profissional ficar a semana toda fora do seu município em curso, sendo que em muitos a função ficará descoberta, porque geralmente é a enfermeira da Estratégia e saúde da Família que vem fazer, 80% são essas meninas que fazem. Geralmente as pessoas que mais perfil, são as mais demandadas. Ela diz não saber se pode alterar, mas que ela ficou preocupada com a carga horária em uma semana direta. Propõe que se possível divida o curso em dois momentos. Porque quando ela fez o curso, foi muito difícil ficar fora e deixar a regional por uma semana. **Anna Carime** fala que o período de dispersão é interessante porque fariam essa proposta de projeto que tem no curso e na volta da dispersão, discutiria a execução dele. De repente, atende a demanda de não ficar a semana inteira e vê se na prática gerou um produto final. **Fabiana** diz que é possível sim, fazer em dois momentos, diz que onera um pouco, porque na verdade o município terá que enviar o profissional duas vezes. **Edy-Lamar** diz que alguns que estão mais próximos do município polo, poderão voltar, outros terão que dormir isso já era previsto, é uma semana de hotel ou idas e vindas. Ela pergunta se a questão da despesa do traslado é tudo do município? **Fabiana** responde que sim, mas que precisa aguardar o que será assinado. **Cleuza** fala que na realidade os municípios não tem dinheiro. **Edy-Lamar** diz que se conseguir a alimentação, coffeebreak e almoço, já melhora muito. Da como exemplo a Planificação, que teve o recurso para coffeebreak, almoço e hotel. **Fabiana** diz que a ideia era trazer na reunião para que todos colaborassem e agradece pelas sugestões. Porque na verdade, não se constrói nada sozinho e que ninguém melhor que o pessoal das regionais e dos municípios, para mostrar a verdadeira realidade e necessidades. Até o momento nós vinculamos esse curso à necessidade do indivíduo e diz que nós que estamos no nível central e nos municípios mais central, ficamos sabendo de tudo com mais rapidez, o acesso é mais fácil e etc. E sabemos que tem município que manda apenas o carro trazer o servidor, o resto é por conta dele, e não queremos fazer a coisa mal feita de qualquer jeito. E são vocês que vão nos dizer qual a melhor forma, e a forma mais justa de oferecer esse curso, porque é um anseio que esses profissionais possam colaborar com a EP, ter a autonomia de ministrar uma pós graduação. **Edy-Lamar** diz que o curso é bem vindo, ele está contemplado no PAREPS, isso

é uma realidade, nós temos essa dificuldade com facilitador na região. Muitas vezes temos a pessoa com perfil, mas não tem a capacitação e ele pede pra participar e não tem como. Fala que inclusive o PAREPS região Sul, está solicitando essa capacitação pedagógica. Mas nós precisamos adequar. Bem as recomendações serão: Divisão igualitária, que seria o quadro de vagas, Hospedagem e alimentação para os municípios que estejam a mais de 100km, que as quarenta horas sejam divididas em dois momentos, que seja ofertado pelo menos uma vaga para cada município. Fabiana fala do valor que é uma capacitação desse nível numa escola privada. **Edy-Lamar** pergunta se pode fechar a pauta e iniciar outra pauta, a resposta é que sim. Passa então a palavra para a Kelly falar sobre a Informe da atualização do cronograma de execução do curso de especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde – GSSS. **Kelly** se apresenta falando que é coordenadora da pós-graduação. Diz que trouxe um informe sobre um curso de Especialização de Gestão de Sistemas e Serviço de Saúde, que já tem resolução aprovada na CIB, fala do objetivo é fazer chamada pública para docente e discente. Fala que o primeiro informe será para a chamada de docente. Diz que esse edital é para profissionais que irão atuar como docentes. Inicialmente serão trinta vagas para facilitadores do curso, dessas trinta vagas inicialmente serão chamados dezesseis e posteriormente conforme a necessidade do curso será chamada o restante. Fala dos Pré-requisitos para participar da seleção: ser servidor público vinculado ao SUS nas esferas Estadual e municipal, ensino superior reconhecido pelo MEC, ter no mínimo título de especialista, e uma pós-graduação LATO SENSUS, ter disponibilidade de carga horária, ter experiência comprovada na área de docência de graduação e pós-graduação e ter experiência de trabalho de conclusão de curso. Precisamos de pessoas de maior qualificação que formem gestores, por isso a maior exigência. Fala do período de vigência das inscrições que será de 03/04/18 a 13/04/18. A inscrição é gratuita, no FORMS SUS, os docentes podem concorrer até três disciplinas no FORM SUS, fala do quadro de disciplinas, Fala da comissão designada pela SEST no processo de seleção, A titulação não pode cumulativa, no máximo duas pós-graduação, fala da pontuação exigida, fala também dos recursos previstos em edital. Fala da remuneração e da portaria que normatiza essa remuneração. Explica sobre o cronograma. **Fabiana** fala da capacitação pedagógica. **Adriana** pergunta sobre as exigências em relação à capacitação pedagógica. **Fabiana** explica que tem tudo haver com a metodologia proposta pela escola, tem profissionais que não tem a vivência necessária de uma aula em metodologia ativa. Como é um curso para gestores, teremos que nos cercar dos melhores. **Carla** fala que infelizmente ela não vai poder se qualificar para tutoria, porque ela não tem vínculo com estado e nem município, o vínculo dela é com o COSEMS. **Adriana** fala que acha que essa forma do governo agir, é para não criar vínculo. **Edy-Lamar** pergunta se alguém tem mais alguma coisa para acrescentar e passa novamente a palavra para a Kelly apresentar a parte do curso sobre discentes. **Kelly** fala sobre a regulamentação das inscrições para discentes para o curso de GSSS, serão 36 vagas, dois candidatos para cada região de saúde. Fala dos Pré requisitos estabelecidos. Fala do não preenchimento das vagas, da forma que serão remanejadas, de acordo com a classificação geral. Ter a liberação do gestor, ter curso de graduação reconhecido pelo MES em qualquer área, ser servidor público vinculado ao SUS das esferas Federal, Estadual ou Municipal. Atuar na área de saúde em gestão de sistemas de saúde, ter disponibilidade das horas de aulas presenciais que poderão ser mensais ou

quinzenais. Para fase classificatória, ter experiências em gestão em áreas afins, ter curso de aperfeiçoamento em gestão pelo menos 40 horas, ter conhecimento de língua estrangeira e informática. Diz que essas exigências são apenas para fase classificatória. Fala do período de vigência das inscrições de 03/04 a 20/04/18, é gratuito, feito pelo FORM SUS. Fala da documentação necessária e do envio da documentação, da homologação. Fala do trabalho de conclusão de curso, da certificação, do recurso e etc. Kelly encerra a apresentação e **Edy-Lamar** pergunta se alguém tem alguma pergunta. **Edy-Lamar** pergunta sobre o curso da UNB que parou na plataforma e quer saber se vai voltar, se não vai porque as pessoas estão perguntando. **Rafaela** explica que tivemos o acesso ao primeiro relatório e no contrato prevê a entrega de relatórios. E o primeiro relatório entregue foi de final de novembro. E quando tivemos acesso ao relatório ficamos um pouco assustados, já estavam terminando a segunda disciplina e já iam abrir a terceira disciplina e ficamos assustados, com o número de alunos que nunca haviam entrado na plataforma, e muito baixo o número de alunos que haviam completado o primeiro e segundo módulo é um curso grande e a gente não consegue estar o tempo todo dentro da plataforma, é um curso da UnB, mas a gente não poderia deixar o curso continuar dessa forma, e ficou definido na reunião, que a gente ia dar um prazo para que todos terminassem o primeiro e segundo módulo, pra só assim abrir para o terceiro. E no início agora de janeiro eles nos enviaram a relação deles, a quantidade de alunos é muito baixo, de duzentos e trinta e uma vagas e se continua o curso, a gente não consegue inserir alunos. Vamos pegar agora essa relação e vamos fazer um levantamento final. Aqueles que não tiverem feito o primeiro ou segundo módulo, porque começou em agosto, estamos em janeiro, à lógica é que ela desistiu. Mas aqueles que fizeram a inscrição e nunca entraram na plataforma, serão considerados desistentes, a gente vai abrir a plataforma e a intenção é fazer isso o mais rápido possível. Nós vamos abrir um edital, para substituir essas pessoas. E isso porque temos na pós-graduação, uma lista de espera, de pessoas que ligaram desesperadas querendo fazer o curso e já havia acabado as vagas e as pessoas que tem a vaga, não fizeram o curso. Não podemos deixar o curso continuar dessa forma. Então foi decidido parar o curso, porque seria irresponsabilidade deixar o curso continuar assim. E foi avisado na plataforma e mandado e-mail, avisando que quem quiser continuar no curso tem que terminar a unidade um e dois, porque senão teremos ao final teremos três ou quatro formandos. **Rafaela** fala que a solução que encontraram foi essa e a intenção é abrir edital, porque por indicação não funcionou, de repente a pessoa indicada não quer, não tem perfil etc. **Fabiana** fala do encontro que teve com uma aluna e ela disse que não queria fazer o curso, que foi inscrita sem saber. **Rafaela** fala da necessidade de acompanhamento, e que estão tentando isso, porque a escola não tem nenhum acesso. Porque as pessoas ligam é aqui, vem é aqui, as dúvidas são aqui. **Cleuza** fala das queixas, fala que tutores não estão presentes e etc. **Rafaela** concorda que são várias as queixas. **Carla** fala que o que precisa é estabelecer diálogo com o gestor, para que ele reveja, porque este curso está vinculado a Atenção da Família, na gestão da Atenção Básica, e não podemos simplesmente abrir, precisa do diálogo com o gestor, porque esse curso está vinculado à resolução de CIB, e nós não podemos simplesmente abrir edital, contrariando o que foi decidido em CIB. **Carla** fala que achou fenomenal o que foi feito, é responsabilidade com o poder público, com o serviço que nós pactuamos. Devemos fazer esses relatórios, ouvir as

queixas e uma vez feito os relatórios, e diz que o COSEMS pode até ajudar nessa questão, porque às vezes o gestor nem sabe dessa situação. Porque, quem vai mandar documentos de outra pessoa sem que ela saiba para que? Isso é muito sério. Tem coisa que precisam ser investigadas. É muito simples não querer fazer o curso e assumir que está sendo negligente. **Edy-Lamar** fala que esses cursos ligados a Planificação, tem um fator diferenciado, que eles foram voto vencido. Foi muita coisa atropelado. **Carla** fala que foi discutido exaustivamente no GT de EPS, mas o GT não tem poder de voto, quem decide são os gestores. Edy-Lamar passa para a próxima pauta e entrega a palavra para Rosana da COREMU. **Rosana** inicia sua fala sobre o informe do curso de 2016, Curso do Eixo Transversal dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde da SES-GO, o eixo transversal, é um curso para todos os residentes em área profissional da saúde. Exceto a área médica, todas as categorias podem aderir a esse programa. E a proposta da escola é que seja feito na modalidade à distância. Trabalhamos vinculado ao MEC, é ele que autoriza, supervisiona, avalia e reconhece os certificados dos residentes. A secretaria de saúde é a responsável pelo programa, o MS coordena a formação e financia as bolsas pros residentes e a COREMU coordena a recepção, assessora as unidades de saúde, e os programas de residência acontecem nas unidades hospitalares do Estado e a Uni Evangélica é a Instituição de Ensino Superior que atualmente responde como certificadora. Quando os programas foram registrados no MEC era necessário que tivéssemos essa instituição para emitir os certificados, porque a escola não tinha essa autorização. Então isso permanece até o momento. A Uni Evangélica não exige repasse financeiro, isso é uma cooperação. O residente chega para nós como bolsista e é formado na especialidade. A carga horária é prática, eles atuam nos hospitais, e vinte por cento são atividades teóricas. Essas atividades teóricas, acontecem aqui na escola. É dedicação exclusiva, eles não podem ter nenhum vínculo empregatício, não podem receber nenhuma outra bolsa de estudos, e a carga horária são sessenta horas semanais. A maioria são dois anos. O objetivo é capacitar profissionais para atuar no SUS, para atender as necessidades de saúde da população de acordo com os princípios do SUS. Os programas de residência Multi Profissional da Secretária da Saúde tiveram início em 2013, Rosana fala das vagas desde 2013 até o momento em 2018, os programas contemplam dez áreas profissionais. São cinco programas, três Multi Profissionais - Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Esses programas estão acontecendo no HUGO, HUGOL, HDT, LACEN, HGG, CRER, HMI. O projeto político pedagógico desses programas contempla três eixos: Eixo transversal, o que são comuns a todas as categorias, O eixo de concentração e o eixo específico. A justificativa desse curso é superar o ensino presencial. E os profissionais eram voluntários, muitas vezes dependiam de suas agendas estarem livres e etc. Literalmente pedíamos favores. Durante cinco anos isso aconteceu, e a gente quer proporcionar um padrão de excelência. Muitos vem do interior, muitos são absorvidos pelos hospitais, muitos estão atuando como preceptor. O objetivo geral é implementar as modalidades de ensino. O projeto político pedagógico é homologado pela Uni Evangélica e tem o registro no MEC. A meta é completar a formação de setenta profissionais de saúde, residentes. A modalidade é à distância, serão trezentas e vinte horas, o eixo transversal ao todo tem quatrocentos e vinte e duas horas. Essas cento e duas restantes são apresentação de trabalho de conclusão de curso, com a semana científica aqui na escola. Fala da matriz curricular. Essa modalidade já acontece desde o ano passado e imagina uma sala de aula com setenta alunos.

Fica inviável. Fala da pontuação mínima para aprovação, tanto na prática como na teórica. Fala da certificação que só acontecerá no final do programa. Fala da planilha financeira que está aberta porque ainda não foi feita a seleção dos tutores, a fonte financiadora é o fundo de EP. Rosana fala que está aberta a perguntas. **Carla** fala que acha de suma importância organizar e cada vez mais fortalecer o programa. Sou educadora do programa e tem sido uma experiência muito valiosa. Mas infelizmente o que a gente percebe, é que grande parte dos trabalhadores da saúde, não tem ideia do que é SUS. Diz que sabe que a oferta das vagas está vinculada ao programa, mas que ela é favorável ao curso, desde que ele seja custeado pelo Tesouro Estadual. Fala que isso deve estar previsto dentro do contrato de gestão das OS. A verba de EP é para algo que está acessível a todos os trabalhadores. Fala da qualificação dos funcionários para serviço da OS, que não acha viável usar o dinheiro da EP e sim do Tesouro Estadual. **Rafaela** fala das vagas e diz que compreende o posicionamento da Carla, mas acha importante deixar claro que desde o primeiro momento a escola deixa claro que ele não é um residente do hospital, ele é residente da secretaria de Estado da Saúde, O órgão que administra que coordena, que faz a avaliação do programa é aqui, o preceptor é avaliado aqui, o programa é avaliado aqui, por mais que o residente está lá dentro da unidade, ele não é da unidade, ele é da SES. Somos nós que marcamos as aulas e a unidade que se adequa. E é uma somatória de questionamentos e dificuldades que precisamos pensar numa solução que viabilize a continuidade do programa. O MS financia a bolsa do residente, quem financia a gratificação do preceptor é o dono do programa, no caso o estado, quem fornece alimentação e etc. **Fabiana** fala que tem bolsa do estado também. **Rafaela** diz que na Multi Profissional, não. **Anna Carime** fala que a verba da EP é pra ser usada com o pessoal do SUS, e já tem muita coisa. **Carla** fala que precisa é esclarecer isso em planilha, mencionando o que o Estado dá de contrapartida. Ex. os preceptores, alimentação, material. Porque o que se entende é que o Estado de Goiás só gasta com assistência, com OS etc. E mostrar isso no projeto é bom, porque mostra para todo mundo que o Estado qualifica os trabalhadores que estão nas unidades. **Edy-Lamar** fala que quando a Rosana falou do curso para ela, o único problema que ela viu foi à questão do recurso. **Rosana** fala que as OS elas tem como obrigação contratual de manter tanto a residência médica como a Multi. **Edy-Lamar** pede que a Rosana apresente uma planilha dessas contrapartidas do Estado no GT de EP, para que fique mais claro na hora da explicação. **Rosana** fala que os residentes da Multi são diferenciados. E explica que todos que saíram o ano passado estão trabalhando, uns na saúde do idoso, outros em Senador Canedo, Uruana, Rio Verde. **Fabiana** fala que esses residentes da Multi, vão sair capacitados na área que escolheu, sabendo o que é SUS. Esse profissional começa a fazer educação permanente aonde a SEST-SUS não pode chegar, que são nas unidades de saúde. Se não conseguirmos trazer esse recurso, é válida a reflexão do uso da EP, porque nada mais é do que colaborar mais com a qualificação desses profissionais. **Soraia** diz que a quantia demonstrada também nesse projeto piloto, não vai ser a mesma nos próximos, vai ser menos. **Rosana** fala que são pelo menos 800 reais por residente que o Estado gasta. Ela fala que apresentará a planilha no GT de EPS. Rosana encerra sua apresentação e **Edy-Lamar** fala da próxima pauta de validação do calendário da CIES. Ele está batendo com o GT. Ela explica que quando ele foi feito, a secretária havia recebido um calendário da CIB e que esse calendário foi mudado, então acabou chocando com a CIES. Então vamos deixar a próxima reunião da forma que está e a secretária trará uma proposta nova para ser aprovado. **Rafaela** fala que tivemos que esperar todos os calendários ficarem prontos, porque o calendário da



Edy-Lamar Borges  
Soraia Guimarães  
João Batista  
Eugênio Lúcio  
Rhindecaube Campos  
Carlos Henrique Correia Neves  
Carla Ribeiro  
Vanessa Carvalho  
Janislene  
José Felipe  
Elza Rosa  
Vera Jacó  
Cleuza Salton  
Soraya Najar  
Ademir Mazzucco  
Maria Ferreira  
Tânia Laila  
Gisele Silva  
Sylvéria  
Adriana Batista  
Anna Carime  
Daniela Teixeira  
Wanessa Medeiros  
Maria Angela Silva  
Miriam Campos  
Julia Rinaldi  
Emily Estevan  
Rosane Cristine  
Danielly Bitencourt  
Marta Rosângela  
Viviane Ferreira  
Marcelo de Melo  
Sandra dos Santos  
Lafaiete  
Madalena Queluz  
Kelly Coelho  
Rafaela Veronezi  
Fabiana Carvalho  
Tânia Valéria  
Cleudes Baré  
Ademir Mazzucco  
Rosana pós.